

A Escola Vocacional Américo Renê Giannetti e a aprendizagem industrial em Uberlândia, Minas Gerais, Brasil (1962-1982)

The Américo Renê Giannetti Vocational School and industrial training in Uberlândia, Minas Gerais, Brazil (1962-1982)

La Escuela Vocacional Américo Renê Giannetti y el aprendizaje industrial en Uberlândia, Minas Gerais, Brasil (1962-1982).

MARIA ODETE PEREIRA MUNDIM¹; CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO²; DÉCIO GATTI JÚNIOR³

Resumo

Este trabalho faz a análise do processo de criação e de funcionamento da Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial de Uberlândia, posteriormente denominada Américo Renê Giannetti, em Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, no período compreendido entre 1962 e 1982. Buscou-se apreender a situação específica em termos nacionais, estaduais e locais que antecedeu e que motivou a criação desta instituição, em um momento de políticas estatais direcionadas para o desenvolvimento brasileiro. Nesse cenário de industrialização foi ampliada a demanda por mão de obra qualificada, situação que levaria o setor empresarial a pleitear junto ao setor político, a criação de escolas de ensino profissionalizante. Sob estas condições houve a criação e funcionou em Uberlândia a Escola Vocacional Américo Renê Giannetti, sobre a qual serão destacadas: criação, proposta pedagógica, funcionamento, público e a descaracterização sofrida na década de 1980.

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Docente e coordenadora acadêmica da Faculdade ESAMC de Uberlândia. E-mail: momundim@gmail.com

² Doutor em História pela Universidade de São Paulo, com estágio de pós-doutorado realizado na Universidade de Lisboa. Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq. Beneficiário do Programa Pesquisador Mineiro da Fapemig. E-mail: chc@ufu.br

³ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com estágio de pós-doutorado realizado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq. Beneficiário do Programa Pesquisador Mineiro da Fapemig. E-mail: degatti@ufu.br

Palavras chave: Educação, Desenvolvimento, Escola Vocacional, Minas Gerais, Uberlândia.

Abstract

This study is an analysis of the process of establishment and operation of the Industrial Training Vocational School of Uberlandia (Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial de Uberlândia), later called Américo Renê Giannetti, in Uberlandia, Minas Gerais, Brazil, in the period from 1962 to 1982. An attempt was made to understand the specific situation in national, state, and local terms that preceded and that motivated the establishment of this institution at a time of government policies directed to Brazilian development. In this scenario of industrialization, the demand for qualified labor increased, a situation which would lead the business sector to request the public sector to create professional training schools. Under these conditions, the Américo Renê Giannetti Vocational School was established and operated in Uberlandia, here highlighting the following aspects: establishment, pedagogical proposal, operation, student body, and the decharacterization it underwent in the 1980s.

Keywords: Education, Development, Vocational School, Minas Gerais, Uberlandia.

Resumen: *En este trabajo se realiza el análisis del proceso de creación y de funcionamiento de la Escuela Vocacional de Aprendizaje Industrial de Uberlândia, posteriormente denominada Américo Renê Giannetti, en Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, en el período comprendido entre 1962 y 1982. Se buscó aprehender la situación específica en los ámbitos nacional, estadual y local, que antecedió y que motivó la creación de esta institución, en un momento en que las políticas estatales se orientaban para el desarrollo brasileño. En ese escenario de industrialización, se amplió la demanda de mano de obra calificada, situación que llevaría a los sectores empresarial y político a exigir la creación de escuelas de enseñanza profesional. En estas condiciones se dio la creación y funcionó en Uberlândia la Escuela Vocacional Américo Renê Giannetti, sobre la cual serán destacadas: creación, propuesta pedagógica, funcionamiento, público y descaracterización sufrida en la década de 1980.*

Palabras claves: Educación, Desarrollo, Escuela Vocacional, Minas Gerais, Uberlândia.

Recebido em: novembro de 2015

Aprovado para publicação em: fevereiro de 2016

Neste artigo pretende-se focalizar o processo histórico de criação da Escola Vocacional Américo Renê Giannetti em Uberlândia. Primeiramente, será abordado o surgimento dos Liceus de Artes e Ofícios no Século XIX, tendo em vista que foram essas instituições as primeiras a assumirem uma perspectiva de ensino profissional. Posteriormente, apresentaremos as discussões em torno das “escolas vocacionais” ao longo do Século XX, pois, no Brasil, as políticas econômicas estabelecidas a partir da década de 1940 estiveram focalizadas na estruturação rápida de um parque industrial que sustentasse tecnicamente essa nova demanda. Incentivos foram oferecidos para que o capital localizado no setor agrário migrasse para os centros urbanos para ser investido em indústrias. Dentre as medidas adotadas à época incluiu-se a criação de escolas vocacionais para atender àquela indústria emergente que necessitava com urgência de formação de mão de obra adequada ao manuseio de máquinas das novas fábricas. Foi neste cenário que as escolas vocacionais foram criadas a partir desse período, embora tenham suas raízes históricas nos Liceus de Artes e Ofícios, ou seja, foram criados no Brasil já em meados do século XIX, mas tomaram impulso frente ao movimento de industrialização do país na segunda metade do século XX. Já em Minas Gerais, no ano de 1947, o então governador do estado, Milton Campos, instituiu o Plano de Recuperação Econômica, o qual previa várias ações, dentre elas estava a criação de escolas públicas estaduais de caráter profissionalizante. Finaliza o artigo, as análises relativas à criação da Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial, em Uberlândia, Triângulo Mineiro, em 1962, que posteriormente, se constituirá na Escola Estadual Américo Renê Giannetti, considerada a instituição de referência em Minas Gerais, na formação de técnicos para a indústria.

Os Liceus de Artes e Ofícios: iniciativas de escolarização técnica

Os Liceus de Artes e Ofícios foram criados a partir de meados do Século XIX por organizações de sociedades civis destinadas a amparar órfãos e também ministrar ensino de artes e ofícios. A criação dessas organizações decorreu da necessidade de formar mão-de-obra que atendesse ao crescimento da produção manufatureira registrada naquele momento (CUNHA, 2000a, p. 121). Entre 1880 e 1890, segundo SIMONSEN (1973), ocorreu o primeiro surto industrial no Brasil. Nesse período, foram instalados 636 estabelecimentos industriais, empregando 54.169 operários. Dos investimentos, 60% estavam no setor têxtil, 15% de alimentação, 10% de produtos químicos e análogos, 4% de madeira, 3,5% perfumaria e 3% na metalurgia. De 1890 a 1895, mais 452 fábricas foram implantadas. Esse crescimento na economia do País determinou a necessidade de preparar os trabalhadores para as novas demandas do mercado, o que justificou o surgimento e a expansão rápida das organizações que fundaram os Liceus.

Em 1873, foi formada a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, que oferecia aulas noturnas gratuitas do curso primário e que, em 1882, instalou uma nova escola, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, onde eram oferecidas aulas do curso primário, com a promessa de oferecimento de outros cursos na área de comércio e agricultura, além de diversificação nas disciplinas ministradas como Português, Francês, Inglês, Geografia, Cosmografia, História Universal, História da Pátria, História da Arte e da Indústria,

Estética, Higiene, Anatomia, Psicologia, Direito Natural e Constitucional e Economia Política. Em resumo, suas atividades se constituíram em ministrar ao povo os conhecimentos necessários às artes e aos ofícios ao comércio, lavoura e às indústrias (CUNHA, 2000a, pp. 131 e 132). O Liceu de Artes e ofícios da Bahia foi criado em 1872, oferecendo cursos no período diurno e noturno com aulas de Primeiras Letras, Desenho, Álgebra, Geometria Aplicada à Arte, Francês, Inglês, Latim, Geografia, História e Gramática Filosófica.

Segundo Cunha (2000a pp. 130-44), as precárias estatísticas que foram possíveis acessar sobre esse assunto dão conta de que, no Liceu de Ofícios de São Paulo, 9.608 alunos passaram pela instituição entre 1873 a 1893 e 25.181 alunos se matricularam no Liceu de Ofícios do Rio de Janeiro entre 1874 e 1886. Não foi possível detectar quantos alunos passaram pelos demais liceus. Dessa forma, observa-se que os Liceus foram constituídos com a finalidade principal de proporcionar à população a formação de mão-de-obra para atuar no mercado de trabalho, num contexto de expansão da produção manufatureira registrada a partir de meados do século XIX, durante o regime imperial (SANTOS, 2003, p. 211).

Após a Proclamação da República, os Liceus mantiveram os cursos contando com o aval financeiro crescente do novo regime político (CUNHA, 2000a, p. 133). A criação das escolas vocacionais no século XX seguiu a mesma proposta dos Liceus, qual seja, atender à demanda da indústria em expansão no país.

Educação e industrialização no Século XX: as escolas vocacionais

Para se entender o surgimento das escolas vocacionais no cenário brasileiro, há que se olhar para a Constituição de 1891, que instituiu o sistema federativo de governo. No campo educacional, consagrou a descentralização do ensino ou a dualidade de sistemas educacionais, pois delegou aos Estados competência para prover e legislar sobre a instrução primária e secundária, ficando sob a égide da União o ensino secundário. Nos anos posteriores à promulgação da Constituição de 1891 até o final dos oitocentos, a dualidade de autonomia concernente ao estabelecimento de diretrizes para os sistemas de ensino primário, secundário e superior levou a ações díspares, em muitos casos, e acabou gerando uma desorganização completa na construção dos sistemas educacionais brasileiros.

Nesse contexto, foi significativo a criação pelos padres salesianos, que aqui chegaram no final do Século XIX, de escolas que incluíam a formação técnico profissionalizante em seus currículos. A sua pedagogia se constituía em uma educação geral paralela à profissional justificada em dois pilares: a) formação do caráter pelo trabalho, o que propiciaria a aprendizagem de ofícios a um número adicional de jovens operários (atividade essencial para o processo de acumulação de capital); b) moldagem das atitudes, dos valores e das motivações dos futuros operários, evitando atividades sociais que perturbassem a ordem social vigente (CUNHA, 2000b, p. 54). O modelo econômico que imperava no país após a Proclamação da República, em 1889, fortemente arraigado no setor agrário-exportador, começava a ser pressionado por diversos grupos da sociedade

para se fundar em uma base de produção industrial. A necessidade do mercado começava a exigir maior diferenciação do trabalho, por substituição dos setores econômicos primários (agricultura, pecuária, mineração) para as manufaturas e indústrias, a leitura e a escrita começavam a ter um valor mais elevado:

[...] é fácil compreender que, em grupos de população muito dispersos, de economia incipiente, muitas vezes reduzida à prática de agricultura de subsistência ou pouco mais que isso, em regime quase geral de subemprego, as expectativas de melhoria dos padrões de vida são exíguas, não apresentando maior sentido prático a preparação formal que a escola passa a proporcionar. Nessas circunstâncias, a demanda é reduzida, ainda em face de mais ampla oferta. (LOURENÇO FILHO, 1965, p. 265).

Diferentes reformas de ensino buscavam, no decorrer da Primeira República, solucionar as situações mais graves da educação no país, entre elas, a Reforma Benjamin Constant, em 1908; a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, em 1911; a Reforma Carlos Maximiliano, em 1915; a Reforma Rocha Vaz, em 1925. Os Estados, principalmente os de maior expressão política e econômica, foram mais ágeis em estruturarem seus sistemas primário, normal e profissional, enquanto a União revelou moderação em alterar o ensino secundário e superior (NAGLE, 1974, pp. 125-126). Tal situação foi agravada após a Primeira Grande Guerra. No mundo econômico, o sistema capitalista de produção superava a fase de livre concorrência e adquiria características imperialistas monopolistas. A base da vida econômica era o resultado da acumulação, da concentração e da integração do capital. Isso impôs novas determinações às relações econômicas internacionais, como condição para a sua consolidação e avanço. A exportação de mercadorias foi substituída pela exportação de capitais. Surgiram as empresas transnacionais ou multinacionais (XAVIER, 1990, pp. 33-34).

Entre 1920 e 1929, predominou no País um clima de efervescência ideológica e de inquietação social: campanhas presidenciais, alastramento das incursões armadas, lutas reivindicatórias dos operários, pressão da burguesia industrial, medidas restritivas impostas pela Revisão Constitucional de 1926 e a Revolução de 1930. Tais movimentos visavam ao rompimento do sistema sócio-político-econômico vigente (NAGLE, 1974, p. 5). Acontecimentos como a Primeira Grande Guerra, a crise econômica mundial de 1929 e a revolução de 1930 acirraram os debates sobre a ampliação da escolarização, tendo como estandarte a Educação como fator de desenvolvimento do País. O documento intitulado “Manifesto dos Pioneiros da Educação da Escola Nova”, redigido por um grupo de intelectuais liberais, em 1932, retratou aquele momento histórico de efervescência de ideias e apresentou uma proposta de política de Educação nacional. Em meio a essa efervescência de movimentos impôs-se estratégias políticas centralizadoras, autoritárias e intervencionistas estabelecidas pelo governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930 e acentuadas em 1937 e que inibiram a implantação dos ideais escolanovistas e impuseram à educação diretrizes centralizadoras de cunho nacionalista, tendo como objetivo a

modernização do País. Isso ficou caracterizado nos artigos sobre Educação da Constituição de 1937 e na Reforma Capanema. As Leis Orgânicas criadas entre 1942 e 1946 e que contemplaram o ensino industrial, secundário, comercial, primário, normal e agrícola, propiciaram o início de estruturação de um sistema educacional profissionalizante no País.

A Escola de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti

O advogado Milton Soares Campos, eleito em 1947 para o Governo de Minas Gerais, assumiu o mandato em março do mesmo ano, com a promessa de recuperar o prestígio e a economia do Estado. No mesmo ano, em julho, seu secretariado elaborou um projeto de apoio à produção econômica, que seria desenvolvido durante os quatro anos de seu governo. O documento constituiu o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção do Estado de Minas Gerais e teve como relator o Secretário da Agricultura à época, o engenheiro Américo Renê Giannetti⁴. O Plano aprovado pelo Decreto-Lei nº. 2.153 de 12 de julho de 1947 continha, dentre outras medidas relativas ao fomento da produção, no seu Artigo primeiro, a criação de escolas vocacionais no Estado de Minas Gerais⁵:

Fica o Poder Executivo autorizado a:

1) Regulamentar, contratando o pessoal necessário, os seguintes órgãos e serviços, que ficam criados: quatro escolas Industriais, cinco escolas agrícolas de grau médio, vinte e cinco escolas agrícolas elementares, dez escolas vocacionais para a indústria e departamento central de contabilidade.⁶

Nesse Decreto foram criados, ainda, oito Escolas Agrícolas Elementares, duas Escolas de Laticínios, oito Escolas Vocacionais para a Indústria, cinco Escolas Médias de Agricultura, cinco Escolas Elementares de Agricultura, cinco Laboratórios de vacinas e três Laboratórios de Inseminação. Em princípios de 1948, diante de um contexto de industrialização vivenciado no País e, também no município de Uberlândia, o empresário local, Geraldo Migliorini⁷, procurou o então Deputado Estadual Rondon Pacheco, para que

⁴*Deverá ser executado em quatro anos o plano de fomento à produção.* In: JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. Reportagem de capa. Ano X. nº. 2.189, 08/07/1947.

⁵A elaboração dos itens relativos à educação nesse Plano de Fomento teve a orientação do cubano, Emilio Mira y López, psiquiatra e psicólogo que desenvolveu estudos na área da educação profissional em vários países da Europa e na América Latina, principalmente, no Brasil, Argentina e México; no Brasil, além dos cursos e congressos que participou, foi contratado em 1945 pela Prefeitura do Estado de São Paulo para formar técnicos em orientação Profissional, em 1946, foi nomeado Diretor fundador do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro), em 1949, nomeado supervisor do Serviço de Orientação Profissional da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais e, em 1959, nomeado supervisor do Instituto de Orientação Vocacional da Universidade da Bahia (MIRA y LÓPEZ, 2004).

⁶Diário Oficial de Minas Gerais. P.1. Col.5. 13/07/1947. Microfilme 87. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS.

⁷Paulista de nascimento, tendo-se transferido na década de 40 para Uberlândia; conhecia vários Liceus de Artes e Ofícios no Estado de São Paulo e em Franca onde residia e conheceu a proposta da Escola

o mesmo fosse mensageiro da solicitação da comunidade empresarial local sobre a necessidade de aqui criar uma escola vocacional. Aquele se prontificou a encaminhar o pedido ao Governador Milton Campos⁸.

Em 04 de maio de 1948, Uberlândia recebeu a visita do Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, com a finalidade de inaugurar o Patronato de Menores do Buriti de Uberlândia. À comitiva presidencial se somava o Governador de Minas Gerais, Milton Campos, ministros, secretários de Estado e deputados estaduais e federais⁹. Após a solenidade programada, o Presidente embarcou de volta à Capital Federal e o Governador permaneceu na cidade para participar de um banquete oferecido por autoridades locais¹⁰. Ao final do discurso, Milton Campos assinou “expressivo decreto criando em Uberlândia uma Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial. O ato foi precedido de longa salva de palmas”¹¹. O Decreto nº 2.691 de 04 de maio de 1948 criou uma Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial em Uberlândia:

Localiza no município de Uberlândia uma Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial.

O Governador do estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o art. 51, nºII, da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto no artigo primeiro, nº. I, do decreto-lei nº. 2.153, de 12 de julho de 1947,

Decreta:

Art. 1º - Fica localizada na cidade de Uberlândia, município do mesmo nome, uma das escolas Vocacionais de Aprendizagem Industrial, criadas pelo art. primeiro, nº. I, do decreto-lei nº. 2.153, de 12 de julho de 1947.

Art. 2º- O secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho fica autorizado a tomar as providências necessárias à instalação e regulamentação da referida Escola, bem como a contratar o pessoal que for necessário ao seu funcionamento.

Art. 3º - As despesas para execução do presente decreto, correrão por conta dos créditos especiais abertos pelo decreto nº. 2.468 de

Profissional Secundária Mista "Dr. Júlio Cardoso"; quando se mudou para Uberlândia trouxe consigo o pensamento de ali criar uma escola vocacional nos moldes das instituições paulistas (Informações obtidas em entrevista concedida a autora em 08/03/2005).

⁸ Depoimento de Geraldo Migliorini (08/03/2005).

⁹ Depoimento de Rondon Pacheco (19/03/2005).

¹⁰ Depoimento de Rondon Pacheco (19/03/2005).

¹¹ *Apoteótica e vibrante a recepção a S.S. Excias. Presidente Eurico Gaspar Dutra e Governador Milton Campos*. In: JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. Reportagem de capa. Ano XI. Nº2. 394, 04/05/1948.

agosto de 1947¹² e pela lei nº 142, de 29 de dezembro do mesmo ano¹³.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do governo do Estado de Minas Gerais, em Uberlândia, aos 4 de maio de 1948.

Milton Soares Campos - Governador do Estado.¹⁴

Apesar do grande empenho dos empresários e entidades locais, como a ACIUB e da vontade de alguns representantes políticos à época, do executivo e legislativo municipal e estadual, dentre eles o Prefeito Municipal Tubal Vilela da Silva, o Deputado Estadual Rondon Pacheco, o Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de Minas Gerais, Américo Renê Giannetti e o Governador Milton Campos, a Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial de Uberlândia só iniciou suas atividades em 1962.

Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial de Uberlândia: do projeto à realidade

Após a promulgação da Lei 2.691 de 04 de maio de 1948, as lideranças empresariais e políticas locais começaram a articular os procedimentos para a construção da Escola Vocacional em Uberlândia. A ACIUB, por meio de ofício ao Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais, cobrou informações sobre as providências para a instalação de uma Escola Vocacional em Uberlândia (ACIUB. Livro n.º 10, Ata n.º 477, 14/02/1949. p.78). Uma comissão de representantes da ACIUB foi designada em reunião realizada por aquela entidade no dia 06 de janeiro de 1950, com o intuito de procurar o gerente do Banco Real “a fim de estudar a possibilidade de se obter um financiamento para auxiliar a construção da Escola Vocacional de Uberlândia” (ACIUB, Livro n. 10, Ata n.º533, 06/02/1950, p.165).

O Estado conseguiu finalizar a concorrência pública da qual foi vencedora a empresa *Serviços de Engenharia Ltda.* O engenheiro Vinicius de Vasconcelos foi designado pelo Estado para acompanhar a construção. Em 1950, as obras, orçadas, a princípio, em Cr\$2.200.000,00¹⁵, foram iniciadas. O projeto previa a construção de 3.140 m² que compreendia o prédio principal com as salas de aulas, outro para as residências do Diretor, do médico ou professor e o último, onde ficariam as oficinas¹⁶. A ACIUB

¹² O Decreto n.º. 2.468 de 29 de agosto de 1947 liberava o crédito de Cr\$ 9.257.600,00 para o custeio do Decreto-Lei n.º.153 de 12 de julho de 1947 (Minas Gerais Diário do Executivo - 30/08/1947 Pág. 1 Col 1 Microfilme 87).

¹³ A Lei n.º 142 de 29 de dezembro de 1947 abriu crédito especial de Cr\$ 51.889.270,00 para custeio do Plano de Fomento à Produção, Decreto n.º 2.153 de 12 de julho de 1947 (Minas Gerais Diário do Executivo-30/12/1947 Pág. 4 Col. 2 Microfilme 88. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS).

¹⁴Diário Oficial de Minas Gerais. p. 1. Col. 2. 06/05/1948. Microfilme 89. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS.

¹⁵ JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. In: *A escola vocacional industrial de Uberlândia*. Ano XII, n.º3.004, 07/10/1950, p.1.

¹⁶ Ibidem.

acompanhou de perto a construção da Escola. Em reunião realizada no dia 11 de dezembro de 1950 assim ficou registrada essa posição:

[...] ficou encarregada a comissão de indústrias a avistar-se com o Dr. Vinicius de Vasconcelos inteirando-se dos trabalhos da construção da escola Vocacional, dando-se à Secretaria instruções sobre as providências que se fizer necessária tomar (ACIUB. Livro n.º 11, Ata n.º 575, 11/12/1950. p.39).

Entretanto, apesar da manifesta vontade da comunidade local em prosseguir com a construção da Escola, as obras pararam, devido à falta de liberação de recursos financeiros pelo Estado. O Deputado Estadual à época, Rondon Pacheco, conseguiu providenciar alguma verba, mas que não foi suficiente para a continuidade da obra (PEREIRA DA SILVA, 2000, p. C-8). A ACIUB continuou a pressionar o Governo Estadual para a instalação da escola Vocacional em Uberlândia. Na reunião ordinária da entidade, em 06 de agosto de 1951, assim se manifestou o presidente daquela casa:

O Sr. Presidente informou que convidado pelo Sur Prefeito Municipal compareceram a uma reunião na qual foi preliminarmente estudado o programa de recepção ao Sur. Governador do Estado. Ficou estabelecido que um único orador falaria pelas classes conservadoras, [...] ficando resolvido focalizar apenas sobre o asfaltamento da rodovia Uberlândia - Itumbiara, o acabamento das obras da Escola Vocacional e a ponte Afonso Pena (ACIUB Livro n.º 10, Ata n.º 611, 06/08/1951. p. 96).

A instalação da Escola Vocacional, assim como a melhoria das condições de transportes, de fornecimento de água, energia elétrica e telefone eram reivindicações debatidas pela ACIUB, para que o município se afirmasse na liderança geoeconômica da região. Em 19 de maio de 1952, a Diretoria daquela entidade apresentou em reunião um temário a ser encaminhado ao Governador do Estado, que incluía reivindicações diversas, como a melhoria das estradas da região, facilidades de importação por intermédio do Banco do Brasil, garantia de fornecimento de água e luz, deslocamento de técnicos da Secretaria da Agricultura para a instrução de lavradores (sobre cultivo, maquinário, assistência técnica e outros), facilidades para o escoamento da safra de cereais, equiparação de frete ferroviário, conclusão das obras dos Correios e Telégrafos, liberação de verba para a remodelação do aeroporto da cidade e insistir junto ao Governo do Estado para o prosseguimento das obras da Escola Vocacional (ACIUB Livro n.º 10, Ata n.º 645, 19/05/1952. p. 146). Essas reivindicações foram entregues ao Governador do Estado, Juscelino Kubitschek de Oliveira, quando de sua visita a Uberlândia em 23 de outubro de 1952; ele prometeu que, assim que retornasse à Belo Horizonte, tomaria providências

imediatas para o reinício das obras da Escola Vocacional¹⁷. Em 19 de novembro de 1952, foi assinado o Decreto-Lei nº 321, que autorizava a Prefeitura Municipal a contrair empréstimo para a retomada da construção da Escola vocacional:

Autoriza a Prefeitura de Uberlândia a financiar as obras da construção da escola vocacional. A Câmara Municipal de Uberlândia decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. primeiro - Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a assumir convênio com a firma Serviço de Engenharia Ltda, encarregada da construção da escola Vocacional nesta cidade, permitindo o financiamento para o imediato término das obras.

Parágrafo Único - O financiamento será feito mediante uma taxa de 1% sobre as importâncias fornecidas e mais os juros na base de 10%.

Art. segundo - Para a realização do financiamento autorizado, a firma construtora outorgará procuração à Prefeitura para receber do estado as importâncias das obras a serem realizadas.

Ar. 3º - Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tubal Vilela da Silva
Prefeito Municipal.¹⁸

Devido a entraves burocráticos para a liberação de verbas, a construção da Escola Vocacional continuava paralisada. A ACIUB, no entanto, continuava a pressionar. Em reunião realizada em 14 de maio de 1953, ficou decidido enviar ofício ao Prefeito Municipal, consultando-o sobre "o andamento das obras da escola Vocacional de Uberlândia" (ACIUB. Livro n.º12. Ata n.º 694. 14/05/1953. p. 56) e o mesmo respondeu que o "assunto teria prosseguimento dentro em breve" (ACIUB. Livro n.º 12. Ata n.º 695. 28/05/1953. p.58). Em 18 de maio de 1953 o Decreto-lei nº 321, de 19 de maio de 1952, foi alterado pela Lei 371:

A Câmara Municipal de Uberlândia decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - No caso de impossibilidade da Prefeitura promover diretamente o financiamento autorizado pelo Decreto-Lei nº 321, de 19 de novembro de 1952, fica o senhor Prefeito Municipal autorizado a responsabilizar-se, como fiador, pelas obrigações de pagamento que o empreiteiro das obras venha assumir em contrato

¹⁷ JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. In: Visita Uberlândia o Sr. Juscelino Kubitschek. Nº 3; 524. Ano XV. 25/10/1952. p.1

¹⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público municipal. Fundo: CMU Poder Legislativo, Pasta 554.

ou título de empréstimo realizado com qualquer estabelecimento bancário do Paiz.

Parágrafo Único - A responsabilidade do Município será assumida até o limite fixado na citada lei e em condições e em condições semelhantes às estipuladas na mesma.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Uberlândia, em 26 de maio de 1953.

Tubal Vilela da Silva - Prefeito Municipal.¹⁹

Essa Lei, porém, não garantiu a continuidade da obra. Em abril de 1954, por proposta do Diretor da ACIUB, Geraldo Migliorini, foi marcada uma audiência com o Governador do Estado de Minas Gerais, para tratar de assuntos de interesse do município de Uberlândia, na qual foi incluída, mais uma vez, a reivindicação para o término da obra da Escola Vocacional (ACIUB. Livro n. 13. Ata n.º 742. 27/04/1954. p. 2). Na posse da Diretoria da ACIUB para a gestão de 1957, o Presidente eleito, Renato Humberto Calcagno, em seu discurso, foi enfático em relação à situação da Escola Vocacional de Uberlândia e assim se manifestou:

Os nossos olhos voltam-se, também, para a chamada "Escola vocacional", esquecida, inacabada, em caminho da ruína, apesar do alto e humano destino que a aguardava. Pavilhões desnudos, à semelhança de esqueletos, atestam silenciosamente a incúria, sem justificativa, do poder público estadual e constituem vergonha para uma população. Isto, numa cidade e num País, onde o ensino e a cultura são pouco menos do que privilégios. Tratando-se de instituição que visa a determinar a formação profissional a servir de base ao ensino técnico e a preparar a mocidade para as lutas construtivas da grandeza nacional, vale recordar a expressão de um político mineiro: "O mundo de hoje é o da técnica e dos técnicos". Pugnar pela conclusão e funcionamento da escola, por meio do Governo do Estado, ou pela sua entrega ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, de melhor alvitre, aliás, para cumprimento da sua destinação, é nosso escopo (ACIUB. Livro n.º 14. Ata n.º 857. 12/01/1957. p.89).

Ofício datado de 07 de fevereiro de 1957, enviado pela ACIUB ao Governador do Estado de Minas Gerais, Bias Fortes, reivindicava melhorias para o município e, dentre elas, a proposta de imediato prosseguimento das obras da Escola Vocacional pelo Estado e entrega, após a conclusão, ao SENAI, para a obtenção de sua finalidade ou a entrega

¹⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público Municipal. Fundo: CMU Poder Legislativo, Pasta 554.

àquela entidade do próprio e das edificações como se encontravam (ACIUB. Livro n.º 14. Ata n.º 862. 14/02/1957. p. 103). A respeito desse assunto, o Governador, que discordava da proposta, respondeu por meio de um cartão à ACIUB: “[...] não concordar, em absoluto, com tal maneira de se atender às solicitações da casa” (ACIUB. Livro n.º 14. Ata n.º 864. 21/02/1957. p. 109). A luta da ACIUB pela transferência da Escola Vocacional para responsabilidade do SENAI prosseguiu por todo o ano de 1957, sem, no entanto, obter êxito²⁰. Em janeiro de 1958, ao se eleger novamente para a presidência da ACIUB por mais um ano, Renato Humberto Calcagno, assim se referiu à Escola Vocacional:

Lutamos, sem qualquer proveito, durante 12 meses, pela continuação das obras da Escola Vocacional. Houve promessa do Sr. Secretário da Agricultura, mas não passou disso. A única coisa obtida foi a rescisão do contrato com a firma empreiteira. Já no fim do ano propusemos ao Governo de Minas a doação e ao SENAI o recebimento dos imóveis para a conclusão das edificações e o cumprimento da sua destinação, por parte daquele organismo (ACIUB. Livro n.º 15. Ata n.º 912. 16/01/1958. p.117).

Ao final da década de 50, do século passado, sem o apoio financeiro e político do executivo local e estadual, a parte edificada da futura Escola Vocacional se transformava em ruínas, o que acabou servindo de abrigo a invasores. A situação da Educação em Minas Gerais, nesse período, era deprimente. Em discurso do Deputado Estadual Oscar Moreira, na Assembleia Estadual de Minas Gerais em maio de 1958, ao analisar mensagem governamental anual enviada aos parlamentares, sobre a questão da Educação em Minas Gerais assim resumiu: “Se o Executivo estivesse disposto a falar francamente teria responsabilizado o governo que o antecedeu, que pisou impiedosamente no ensino”²¹.

Em janeiro de 1959, assumiu a presidência da ACIUB o empresário Geraldo Migliorini que desde a década de 40, quando se mudou para Uberlândia, defendeu a ideia de implantação de uma escola vocacional na cidade. Assim que assumiu os trabalhos naquela entidade, enviou ofício ao Governador do Estado de Minas Gerais, Bias Fortes, ao Ministro da Educação, Clóvis Salgado e ao Secretário da Agricultura, Álvaro Marcílio, reiterando apelos no sentido da continuação das obras da Escola Vocacional de Uberlândia (ACIUB. Livro 16. Ata n.º 955.07/01/1959.p.153). Para o executivo local foi eleito, naquele ano, o prefeito Geraldo Mota Batista que incluía, dentre suas promessas políticas, a entrega da Escola Vocacional para a cidade. Tendo apoiado, politicamente, o candidato a Deputado Federal Valter Passos, que obteve cerca de 3.000 votos em Uberlândia, o Prefeito eleito incumbiu o referido parlamentar de, por intermédio da Sr^a Lia Salgado, esposa do Ministro da Educação Clóvis Salgado, interceder junto ao marido para a

²⁰ACIUB. Livro 15. Atas n.ºs 883 – 31/07/1957. p. 2., 890 – 18/09/1957. p. 37 e 904 – 05/12/1957. p. 75.

²¹ JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. Oscar Moreira focaliza a dura realidade do ensino. Ano XXI, n.º 6.676, 01/05/1958, p.1.

necessidade do término da construção da Escola Vocacional. Segundo relato do ex-governador Rondon Pacheco, a mesma se prontificou, imediatamente, a defender o projeto²². O Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais comunicou, em abril de 1959, ao presidente da ACIUB, que fora liberada a verba de três milhões de cruzeiros para a finalização da construção da referida escola (ACIUB. Livro n.º16. Ata n.º 973. 28/04/1959. p.211). Em dezembro de 1959, o Ministro da Educação, Clóvis Salgado, em carta endereçada à ACIUB, assim se referiu sobre a construção da escola:

a Escola Vocacional está sendo concluída com verbas do Ministério da Educação e que a mesma destina-se à aprendizagem industrial, com formação de operários especializados, em cursos de 2 anos, podendo tal curso ser de futuro, transformado em ensino industrial básico ou ensino técnico, com durações, respectivamente, de 4 e 7 anos (ACIUB. Livro n.º 17. Ata n.º 990. 08/12/1959. p.26).

O então Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais, Rondon Pacheco, no ano de 1960, preocupou-se em auferir recursos para aparelhar a escola vocacional. A competência administrativa da escola transferiu-se para o Departamento Social do Menor, órgão da Secretaria do Interior, atendendo ao Decreto n.º 6.307 de 04 de agosto de 1961. Os bens imóveis foram estimados à época em Cr\$16.874.946,00, e os bens de natureza industrial em Cr\$2.517.255,00 (Equipamentos da oficina de marcenaria). Os blocos das salas de aulas, refeitórios e laboratórios estavam concluídos, faltando apenas o bloco das oficinas que precisava fazer o piso, a instalação de água, luz e os sanitários²³. Em novembro de 1961, chegou a Uberlândia o funcionário público, Valdemar Firmino de Oliveira²⁴, encarregado pelo Governador do Estado, Magalhães Pinto, para a tarefa de

²² Informações obtidas em depoimento de Rondon Pacheco (19/03/2005), que foram confirmadas pela filha do ex-prefeito Geraldo Mota Batista, Zulmira Batista, em maio/2005.

²³ Dados retirados de cópia do discurso proferido pelo Diretor do Departamento do Menor, da Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, Jason Soares de Albergaria, por ocasião da inauguração da Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti cedida pelo ex-Diretor da escola, Valdemar Firmino de Oliveira.

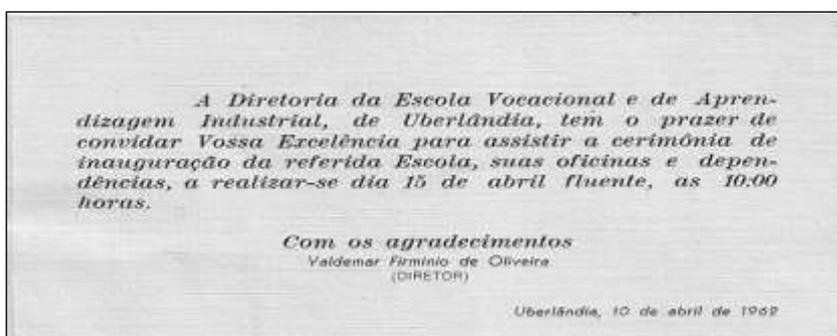
²⁴ Valdemar Firmino de Oliveira, advogado, contabilista e professor; após a inauguração da Escola Vocacional foi indicado seu Diretor de 1962 até 1983, funcionário público de carreira, prestou serviço na Secretaria do Estado do Interior de Minas Gerais, no Departamento Social do Menor, na Seção de Contabilidade e na Seção de Cadastro e Fiscalização; coordenou cursos e encontros relacionados ao ensino técnico em Uberlândia e região, membro da Comissão Técnica de Planejamento e Execução da Reforma do Ensino do Município de Uberlândia (Lei municipal n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971, Gerente Regional de Planejamento e Implantação do Ensino de segundo grau nas escolas da região, 1.º Presidente da Associação dos Diretores dos Estabelecimentos de Ensino de Uberlândia e região (1971), Vice-Presidente do Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente (CODEMA); coordenador das atividades de criação e instalação do Núcleo Microrregional de Emprego - SINE de Uberlândia e região; assessor para assuntos do Programa Nacional de Eletrificação Rural do Ministério das Minas e Energia; responsável pela criação, instalação e funcionamento da 1.ª Agência de Colocação e Orientação Profissional de Uberlândia; Coordenador de Feiras de Ciências nas escolas de Uberlândia e região; Diretor da Divisão de Cadastro e Processamento do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça; Diretor Geral Substituto do Departamento Penitenciário Nacional. Presidente de grupos de trabalho e encarregado de organizar e implantar o sistema penitenciário nacional no Ministério da Justiça; membro da equipe técnica encarregada

conclusão das obras, aquisição e instalação de equipamentos e funcionamento da Escola até a sua inauguração²⁵.

À Prefeitura Municipal de Uberlândia coube transferir para outros logradouros as famílias que invadiram a área da escola. As obras foram reiniciadas num ritmo muito acelerado²⁶. O Estado investiu mais Cr\$2.901.949,00 para que a Instituição tivesse condições de iniciar suas atividades. A contratação de funcionários foi regulamentada pela Lei nº 2.486 de 18 de novembro de 1961²⁷.

Em abril de 1962, a escola estava pronta e o convite para a inauguração (Foto 1) representava a luta da comunidade local, com destaque para a ACIUB, que somente quatorze anos depois de iniciada, pôde ver concretizada o projeto de dotar a cidade de Uberlândia de uma instituição de ensino que preparasse os jovens para um mercado de trabalho com grande demanda de mão-de-obra especializada exigida naquele momento em decorrência da expansão industrial no Brasil.

Figura 1 - Convite de inauguração da Escola -1962.



Fonte: Acervo Arquivo Escola Estadual Américo Renê Giannetti.

À inauguração compareceram diversas autoridades entre as quais o Governador de Minas Gerais à época, Magalhães Pinto, o Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais, Rondon Pacheco, o Prefeito Municipal de Uberlândia, Geraldo Mota Batista e o Diretor nomeado para a Escola, Valdemar Firmino de Oliveira. Após a sua inauguração, até 1982, a Escola sofreu várias alterações na sua denominação e tipologia.

Figura 2 - Inauguração da Escola, 15 de abril 1962. Rondon Pacheco, Geraldo Mota Batista, Magalhães Pinto e Valdemar Firmino de Oliveira.

do anteprojeto de lei sobre a cooperação mútua entre os centros de aperfeiçoamento de pessoal do Ministério da Justiça; revisor da Revista de Política de Execução Penal do Conselho Nacional de Política Penitenciária do Ministério da Justiça e advogado e procurador da NOVACAP: atualmente reside em Uberlândia, onde participa ativamente das iniciativas do Lions exercendo a Presidência da Academia Leonística Mineira e Brasileira de Letras e dirigindo a edição da revista Encontro Literário. Nota: Informações fornecidas pela própria pessoa, que se constitui na principal fonte oral dessa pesquisa.

²⁵ Informações concedidas pelo ex-Diretor da escola, Valdemar Firmino de Oliveira.

²⁶ Informações concedidas por Zulmira Batista, filha do ex-prefeito Geraldo Mota Batista.

²⁷ Minas Gerais Diário do Executivo 18/11/1961 Col.3. p.5.



Fonte: Acervo particular Valdemar Firmino de Oliveira.

A construção teve início em agosto de 1982 e o seu término ocorreu em 1983, ano em que houve substituição na direção da Instituição e na representação política da cidade. Disso decorreu um redirecionamento do projeto de transformação da Escola Estadual de primeiro e segundo Américo Renê Giannetti em Centro Regional de Formação para o Trabalho, uma vez que o Governo que assumiu o Poder Executivo local tinha uma proposta político-educacional diferenciada daquela que estava posta naquele momento²⁸. Dessa forma, no período de 1962 a 1982 a Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti passou por várias modificações na sua denominação e tipologia tanto para atender à legislação educacional promulgada naquele período como para ampliar sua atuação educacional.

A proposta pedagógica

As escolas vocacionais que foram criadas no Estado de Minas Gerais como parte do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, em 1947, trouxeram no seu projeto pedagógico inicial a marca do pensamento do educador Emílio Mira y López²⁹ que, utilizando de seus conhecimentos na área da psicopedagogia, defendia a humanização nos processos industriais³⁰, buscando, através da preparação e orientação profissional, obter o maior proveito e satisfação para o trabalhador e para a sociedade.

Decorridos quatorze anos da proposta de criação das escolas vocacionais em Minas Gerais, o discurso proferido pelo então Diretor do Departamento Social do Menor, Jason Soares de Albergaria, na inauguração da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial de Uberlândia, mostrava que a intenção do Estado, em fazer funcionar tais estabelecimentos de ensino visava, na década de 1960, a atender à legislação³¹, às exigências do processo de industrialização pelo qual o País estava envolto naquele momento e resolver a questão da marginalidade social.

²⁸ Informações obtidas junto ao ex-Diretor Valdemar Firmino de Oliveira.

²⁹ JORNAL CORREIO. In: *A Associação Comercial marcha na vanguarda do progresso de Uberlândia*. 16/02/1950. Ano XII, nº 2.843. p.1.

³⁰ “no bastan los progresos del maquinismo industrial; tórnanse necesarios también los avances del humanismo industrial” (MIRA y LÓPEZ, 2004).

³¹ Artigos 49 e 50 da Lei n.º 4.024/61 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

a melhoria do padrão do ensino profissional nas escolas no Departamento Social do Menor justifica-se por dois títulos: sob o ângulo educativo ou moral, satisfaz o Estado a um dos direitos essenciais e inalienáveis de todo menor e cumpre uma exigência do bem comum, de que é responsável; sob o ângulo econômico ou utilitário, ao formar-se o operário qualificado, diminui-se a área do operário braçal, do subproletário e do marginal, elevando-se o potencial econômico e social da comunidade e atendendo-se à demanda de nossa expansão industrial.³²

O funcionamento dos cursos na Escola estava regulamentado pelo Decreto nº 6.305 de 31 de julho de 1961, que dispunha sobre o ensino industrial nos estabelecimentos de ensino do Departamento Social do Menor de Minas Gerais, pelo Decreto nº 6.359 de 11 de outubro de 1961, que instituiu o ensino industrial nas Escolas Vocacionais e de Aprendizagem Industrial de Minas Gerais, e pela Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Base da Educação Nacional:

Art.49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos.

§ 1º As duas últimas séries do primeiro ciclo incluirão, além das disciplinas específicas de ensino técnico, quatro do Curso Ginásial secundário, sendo uma optativa.

[...]

§ 3º As disciplinas optativas serão de livre escolha do estabelecimento.

§ 4º Nas escolas técnicas e industriais, poderá haver, entre o primeiro e o segundo ciclos, um curso pré-técnico de um ano, onde serão ministradas as cinco disciplinas do curso colegial secundário.

§ 5º No caso de instituição do curso pré-técnico, previsto no parágrafo anterior, no segundo ciclo industrial poderão ser ministradas apenas as disciplinas específicas do ensino técnico.

Art. 51. As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos menores seus empregados, dentro das normas estabelecidas pelos diferentes sistemas de ensino.

§ 1º Os cursos de aprendizagem industrial e comercial terão de uma a três séries anuais de estudo.

³² Declaração extraída do discurso escrito do ex-Diretor que se encontra na biblioteca do ex-Diretor da Escola, Valdemar Firmino de Oliveira e cedida por esse para a presente pesquisa.

§ 2º Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se mediante exame de habilitação, nos ginásios de ensino técnico, em série adequada ao grau de estudos a que hajam atingido no curso referido.³³

O currículo do Curso Ginásial da Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti contemplava as seguintes disciplinas: Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Educação Física, Geografia, História, Inglês, Iniciação a Ciências, Matemática, Português, Religião, Desenho e Organização Social e Política Brasileira que faziam parte do núcleo de Educação Geral. Nas quinta e sexta séries do Ginásial, os alunos participavam de atividades disciplinares que incluíam as seguintes práticas educativas: agrícolas, industriais, comerciais e de Educação para o lar; nas sétimas e oitavas séries, além das disciplinas de Educação Geral, os alunos optavam, após realizarem os testes de verificação de sondagem de aptidão, aplicados por orientadores educacionais, por se especializar numa das práticas educativas iniciadas nas quinta e sexta séries.

Em 1970, por iniciativa do Diretor, Valdemar Firmino de Oliveira, a Escola já tinha antecipado seu currículo ao que determinaria a Reforma de ensino de primeiro e segundo graus que ocorreria em 1971 (Lei nº 5.692/71)³⁴. As disciplinas que fizeram parte do currículo no ensino de segundo grau, Conforme Lei n.º 5.692/71, a partir de 1977, quando a Instituição começou a oferecer essa modalidade de ensino, até 1982 foram as seguintes: Matemática, Português, Física, Química, Inglês, Desenho, Educação Moral e Cívica, Educação Física, Ensino Religioso, Biologia, Geografia, História, Organização Social e Política Brasileira, Psicologia, Programa de Saúde, Estatística, Eletrotécnica, Eletrônica, Desenho Arquitetônico, Desenho Técnico, Mecânica, Solos, Topografia, Material de Construção, Direito/Legislação, Organização Técnica Comercial, Organização de Normas Eletrônicas, Análise de Circuito, Construção 1, 2 e 3, Processamento de Dados, Máquinas/Equipamentos, Máquinas/Instalação Elétrica, Elementos de Telecomunicações, Elo Geral, Elo Industrial, Técnico em Secretariado, Organização/Normas (Eletrônica), Mecanografia, Organização Técnica Comercial e Psicologia/RH³⁵.

No período de 1964 a 1983, a Escola ofereceu, em convênio com a Secretaria do Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos³⁶, cursos intensivos de 30 a 200 horas, de qualificação profissional de Eletricista Instalador, Reparador de Aparelhos Eletros-

³³ Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Legislação Federal. Site: www.planalto.gov.br.

³⁴ Informações fornecidas pelo ex-Diretor Valdemar Firmino de Oliveira.

³⁵ Relatórios diários de classe. Livros sem numeração. Arquivos da Secretaria Escolar da Escola Estadual Américo Renê Giannetti. 2005.

³⁶ Jornal O Triângulo. "Renê Giannetti," *uma escola pioneira na formação profissional*. Ano 50. nº 3.993. 28/04/1978. p.1.

domésticos, de Rádio Receptor e Aparelho de TV, Sapateiro, Encanador, Telefonia, Modelista de Calçados, Tipógrafo, Pintor de Obras, Pedreiro, Carpinteiro, Marceneiro, Ajustador Mecânico, Soldador Oxiacetilênico, Torneiro Mecânico, Culinária, Corte Costura, Bordados, Técnicas de Chefia e Técnica de Gerência, Datilografia, Tecnologia Mecânica e Leitura de Desenho³⁷. Na imprensa encontramos registro desses cursos:

Ginásio Industrial Renê Giannetti, sob o patrocínio da Universidade do Trabalho de Minas e apoio da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia, promoverá um Curso Intensivo de Técnica de Gerência que será ministrado em julho, a partir do dia 8. O curso terá 30 horas de duração e seu programa consta de um bem organizado número de aulas, destacando-se administração geral, relações humanas na empresa, administração pessoal, administração da produção e administração financeira”.³⁸

Os quadros 1 e 2 mostram o número de alunos matriculados, anualmente, na Escola no período de 1962 a 1982. Nos documentos pesquisados³⁹, os registros das matrículas não fazem distinção sobre o número de alunos por séries e nem por grau (Ginásio e/ou primeiro e segundo graus após 1977).

Quadro 1 – Número de alunos matriculados na Escola Estadual Américo Renê Giannetti (1962/1972).

Ano	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
Matrículas	51	45	117	268	295	337	555	473	316	785	1161

Fonte: Documento emitido pela 40ª Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia (Documento ofício nº 036/2005). Arquivo da Secretaria Escolar da Instituição (Livros de matrícula sem numeração).

Os documentos arquivados na Escola não permitiram uma análise mais detalhada das variações no número de alunos matriculados no período estudado como verificado entre os anos de 1968, 1969 e 1970 (Quadro 1). O decréscimo nas matrículas efetuadas em 1970 em relação ao ano de 1969, por exemplo, pode ter decorrido em razão de a Instituição ter deixado de oferecer o curso preparatório ao exame de admissão ao ginásio. Porém, nos demais períodos em que se verificou tal situação, como entre 1973/1974, 1976/1977 e 1978/1979/1980 (Quadro 2) não encontramos elementos que permitisse uma análise mais concisa. A partir de 1980, o aumento significativo de matrículas, pode ter ocorrido em

³⁷As informações foram obtidas junto ao ex-Diretor da Escola à época, Valdemar Firmino de Oliveira.

³⁸JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. 03/07/1968. p. 2.

³⁹Relatórios diários de classe. Livros sem numeração. Arquivos da Secretaria Escolar da Escola Estadual Américo Renê Giannetti.2005. Arquivos da 40ª Superintendência Regional de Ensino.

razão da perspectiva de ampliação da Escola para se tornar um Centro Regional de Formação para o Trabalho.

Quadro 2 – Número de alunos matriculados na Escola Estadual Américo Renê Giannetti (1973/1982).

Ano	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Matrículas	1196	1175	1211	1178	1098	1146	1073	989	1372	1451

Fonte: Documento emitido pela 40ª Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia (Documento ofício nº 036/2005). Arquivo da Secretaria Escolar da Instituição (Livros de matrícula sem numeração)

Com exceção das matrículas nos cursos ao exame de admissão, onde havia algumas alunas, nos demais cursos, até 1967, só eram aceitos alunos, do sexo masculino⁴⁰. Apesar de não haver impedimento legal na matrícula de alunas, segundo o Diretor da Escola à época, havia muito preconceito por parte dos pais em matricularem suas filhas em cursos ditos “masculinos”. Era significativa a participação dos alunos nas atividades extraclasse da escola como jogos e feiras de ciências e tecnologia⁴¹.

Disputavam torneios esportivos interclasses realizados na Escola e na cidade de Uberlândia, conforme notícias divulgadas no Jornal “O Furo”⁴², dirigido pelos alunos sob a supervisão do Diretor e professores e que circulava quadrimestralmente com assuntos de interesse da comunidade escolar. O Grêmio Primeiro de Maio, inaugurado no dia 30 de abril de 1964⁴³ organizava atividades esportivas e sociais na Escola.

Além da parte pedagógica, que era considerada uma inovação para os moldes escolares existentes à época na cidade, por oferecer o ensino regular concomitante ao ensino vocacional, a estrutura física da Escola era muito bem cuidada no que se referia a área externa e interna das salas de aulas, dos laboratórios e oficinas.

A Escola recebia constantes visitas, para conhecerem suas instalações e maquinário uma vez que a mesma era considerada a instituição de ensino profissionalizante melhor equipada do Estado de Minas Gerais.

Todos os cursos oferecidos pela Escola, inclusive os de qualificação profissional, para alunos dos cursos regulares e para trabalhadores da comunidade local, eram gratuitos, sendo que ao final de alguns deles como de pedreiro, marceneiro, pintor e outros, os formandos ganhavam um kit contendo ferramentas para o início de sua atividade profissional. Todos os alunos dos cursos regulares faziam as refeições na Escola (lanche e

⁴⁰Relatórios diários de classe. Livros sem numeração. Arquivos da Secretaria Escolar da Escola Estadual Américo Renê Giannetti.2005. Arquivos da 40ª Superintendência Regional de Ensino.

⁴¹ Jornal O Triângulo. In: Renê Giannetti, uma escola pioneira na formação profissional. Ano 50. Nº 3.993. 28/04/1978. p. 1.

⁴² O FURO. Jornal do Ginásio Industrial Américo Renê Giannetti. Nº2. Outubro/1964. p.2.

⁴³ O FURO. Jornal do Ginásio Industrial Américo Renê Giannetti. Nº2. Outubro/1964. p.2.

almoço), os mais necessitados economicamente recebiam uniformes e material escolar gratuitamente.

A Escola, além de oferecer um ensino diferenciado das demais instituições de ensino da região, estruturava-se de forma a se destacar no cenário educacional mineiro e por isso sua atuação se estendeu para além dos seus limites físicos e manteve, no período estudado, parcerias com outras instituições de ensino em Uberlândia e região.

Considerações finais

No Brasil, as políticas econômicas estabelecidas a partir da década de 1940 focalizaram a estruturação rápida de um parque industrial como forma de desenvolvimento do país. Incentivos foram oferecidos para que o capital localizado basicamente no setor agrário migrasse para os centros urbanos com a finalidade de ser investido em indústrias. Dentre as medidas governamentais adotadas incluiu-se a criação de escolas vocacionais para atender à demanda dessa indústria emergente que necessitava urgentemente de formação de mão de obra adequada no manuseio dos maquinários das fábricas.

Em Minas Gerais, em 1947, o Plano de Recuperação Econômica do Estado instituído pelo governador Milton Campos previa a criação de escolas públicas estaduais de cunho profissionalizante. Em Uberlândia o período compreendido entre 1950 e 1960 registrou um crescimento populacional anual de 6,05%, em sua maioria proveniente do campo, sem a capacitação exigida pelas indústrias recém-instaladas no município.

Era preciso qualificar a mão de obra para atender tal demanda. Em 1949, alguns empresários, ligados a Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, encaminharam pedido e a Assembleia Estadual aprovou a criação de uma escola vocacional nesse município.

No entanto, somente após longa jornada motivada por falta de recursos e entraves burocráticos, a escola foi inaugurada em 15 de abril de 1962, tendo como Diretor nomeado o funcionário público Valdemar Firmino de Oliveira que permaneceu no cargo até 1983. Nos anos que se seguiram a sua inauguração a escola teve a sua nomenclatura alterada algumas vezes por força da legislação vigente.

A escola, além de oferecer um ensino profissionalizante diferenciado das demais instituições da região, estruturou-se de forma a se destacar no cenário educacional mineiro e, por isso, a sua atuação estendeu para além dos seus limites físicos. Manteve parcerias com instituições de ensino como a Universidade Federal de Uberlândia, o Senai e o Educandário Eunice Wiver (em Araguari) dentre outras.

Condições legais como a Lei 7.044/1982⁴⁴, que descaracterizaram a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no segundo grau e mudanças na proposta política municipal, alteraram a proposta inicial da instituição como escola vocacional e nos anos que se seguiram se moldou numa instituição de ensino público regular preparatório para o aluno seguir seus estudos no ensino superior.

Enquanto proposta de ensino profissionalizante a Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti ofereceu à comunidade local e regional a melhor estrutura física e pedagógica na preparação de seus alunos a assumirem funções técnicas e gerenciais nas indústrias em expansão.

A Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti, se insere nessas condições. No período analisado, a Instituição, que foi criada para atender ao aumento na demanda de formação de mão-de-obra em consequência do processo de expansão industrial do município de Uberlândia, ofereceu à comunidade local e regional a melhor estrutura física e pedagógica relativa ao ensino profissionalizante.

No momento em que as condições políticas e econômicas do País, e consequentemente, da cidade já não mais exigiam a profissionalização escolar como condição de desenvolvimento, o projeto da escola vocacional em Uberlândia materializado na Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti entrou em declínio e se transformou numa instituição pública estadual de ensino regular propedêutico, descaracterizada da proposta para a qual foi instalada no município.

Referências

ACIUB. Atas da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia. Livros de Atas nºs: 10; 11; 12; 13; 14; 15; 16 e 17.

BRASIL. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Poder Legislativo. Pasta 554. Arquivo Público Municipal de Uberlândia. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia).

CUNHA, Luiz Antônio (2000a). *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: UNESP, Brasília, Flacso.

CUNHA, Luiz Antônio (2000b). *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: UNESP, Flacso.

⁴⁴ www2.camara.leg.br. Lei ordinária. Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982

ESCOLA ESTADUAL AMÉRICO RENÊ GIANNETTI. Livros de Matrículas. (sem numeração), 1962-1982. (Arquivo da Secretaria).

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA *A Associação Comercial marcha na vanguarda do progresso de Uberlândia*. Uberlândia, 16 fev. 1950. Ano XII. Nº 2.843. p. 1.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA Oscar Moreira focaliza a dura realidade do ensino. Uberlândia, 01 maio 1958. Ano XXI. Nº 6.676, p.1.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA Uberlândia, 2/3 jul. 1968. *Coluna Hoje*. (Sem paginação).

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA *Visita Uberlândia o Sr. Juscelino Kubitschek*, Uberlândia, 25 out. 1952. Nº 3.524. Ano XV. p.1.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA, *A escola vocacional industrial de Uberlândia*. Uberlândia, 07 out. 1950. Ano XII. Nº 3.004. p. 1.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Apoeótica e vibrante a recepção a S.S. Excias. Presidente Eurico Gaspar Dutra e Governador Milton Campos*. 04 mai. 1948. Reportagem de capa Ano XI. Nº 2.394.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Deverá ser executado em quatro anos o plano de fomento à produção*. Uberlândia, 08 jul. 1947. Reportagem de Capa Ano X. Nº 2.189.

JORNAL O TRIÂNGULO. *Renê Giannetti, uma escola pioneira na formação profissional*. Uberlândia, 28 abr. 1978. Ano 50. Nº 3.993. p. 1.

LOURENÇO FILHO, M. B. (1965). Redução da taxa de analfabetismo no Brasil, 1900 a 1960, descrição e análise. *Revista Brasileira de estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Vol. XLIV. Nº. 100, p.265.

MINAS GERAIS. 40ª Superintendência Regional de Ensino. OFÍCIO/SEDINE/DIVAE/DIRE/ Nº 036/2005, 27 abr. 2005. (Arquivo 40ª Superintendência Regional de Ensino).

MINAS GERAIS. Assembleia de Minas Gerais. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte. 13 jul. 1947. Col. 5. Microfilme 87. p.1.

MINAS GERAIS. Assembleia de Minas Gerais. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte. 30 ago. 1947. Col. 1. Microfilme 87. p.1.

MINAS GERAIS. Assembleia de Minas Gerais. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte. 30 dez. 1947. Col.2. Microfilme 88. p.4.

MINAS GERAIS. Assembleia de Minas Gerais. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte. 06 mai. 1948. Col. 2. Microfilme 89. p. 1.

MINAS GERAIS. Assembleia de Minas Gerais. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte. 18 nov. 1961. Col. 3. p. 5.

MIRA Y LÓPEZ, Montserrat (2004). *Emilio Mira y Lopes. Biografia personal y profesional*. Disponível em: <<http://www.Ideasapiens.com/autores/miraylopez>>. Acesso em: 05 jan. 2004.

NAGLE, Jorge (1974). *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/MEC.

O FURO. *Uberlândia*, out. 1964. nº 2. p. 2.

PEREIRA DA SILVA, Antônio. Significado da fazenda São Francisco. *Jornal Correio. Uberlândia*, 20 mar. 2005. Ano 67, Nº 20.067, p. C4.

SANTOS, Jailson A. dos (2003). *A Trajetória da educação profissional*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira e Outros (Orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 66-220.

SIMONSEN, Roberto C. (1973). *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Ed. Nacional USP.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. (1990). *Capitalismo e a escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*. Campinas: Papirus.